



CARLOS ALVES

*Diante da mobilização dos servidores,  
governo começa a negociar; solução para  
aprovar o PCCR pode sair na segunda*

# Cada vez mais perto

Após dezesseis dias de greve, conseguimos um avanço importante. O PL 6613 finalmente voltou à pauta da CTASP. Nosso projeto é o 6 item da pauta de votações da próxima quarta (16). E os deputados ainda se comprometeram a forçar as negociações para nosso projeto ser encaminhado diretamente ao Plenário.

Em reunião realizada no dia 9, todos os diretores gerais defenderam a aprovação do PL 6613, da forma como foi apresentado à Câmara, diante do secretário-executivo do Ministério do Planejamento, João Bernardo. O secretário concordou que a discussão em torno do aumento salarial deve se dar a partir do que foi definido no PL 6613.

"A palavra do João Bernardo é um avanço em relação à posição do governo, que até então se negava a negociar", afirmou o coordenador-geral do Sindjus, Berilo Leão. "Essa foi uma grande conquista, um passo que indica que nós vamos sair vitoriosos", completou. Ele acredita que a solução para aprovar o PCCR pode sair na próxima segunda-feira, quando acontece nova reunião entre os DGs e o MPOG.

Berilo destacou que são poucas as categorias que completam dezesseis dias de greve e permanecem tão mobilizadas. A agenda desta semana, de 7 a 11 de junho, foi repleta manifestações dos

servidores em vários órgãos – como o ato público no STJ, na quinta, que reuniu cerca de quatro mil pessoas. Os manifestantes deram uma volta completa em todo o STJ, colorindo com bandeiras vermelhas o cerrado que fica em volta do prédio.

"Isso mostra que as ameaças de corte de ponto não intimidaram os servidores, pelo contrário: é a união da categoria em torno da greve que está forçando o governo a negociar", afirma Berilo. A equipe jurídica do Sindjus está agravando todas as liminares contrárias ao movimento dos servidores e em breve fará uma denúncia na Organização Internacional do Trabalho (OIT) contra as medidas que tentam cercear o direito de greve.



CARLOS ALVES

## CARTA À MAGISTRATURA

# É hora de se posicionar

Por que há tanta injustiça na Justiça? A categoria está em greve para defender um projeto aprovado pelo colégio de presidentes dos tribunais. É no mínimo equivocado condenar o movimento, já que os próprios presidentes aprovaram o PCCR como forma de diminuir o abismo salarial entre carreiras correlatas e a evasão de servidores da Justiça.

O Tribunal Superior do Trabalho fechou 2009 com recorde de julgamentos e produtividade bem mais alta que em 2008, que por sua vez foi 45% mais produtivo que 2007. Isso mostra que 2010 será um ano de excelência. Mas, mesmo com os servidores se esforçando ao máximo, o presidente do TST determinou o corte de pontos dos grevistas.

Isto é justo? Assim como no TST, em todos os órgãos os servidores se esforçam ao máximo. Hoje, 70 milhões de processos tramitam no país. Isso equivale a um processo para cada três brasileiros. Todo esse trabalho está nas mãos de 18 mil magistrados e 120 mil servidores que dão tudo de si para atender à demanda.

Pela primeira vez em muitos anos a

Justiça igualou o número de processos julgados ao dos que deram entrada. Também conseguiu reduzir os processos antigos, com mais de cinco anos, em mais de 50% durante 2009. É consenso entre analistas e magistrados que a solução de conflitos está mais célere e melhor. A criação de novas varas leva a Justiça ao interior do país. O processo virtual agiliza a prestação jurisdicional. No entanto, tudo isso requer investimento na carreira dos servidores, sobretudo no que se refere à capacitação e qualificação profissional.

Atualmente um processo demora em média seis anos para o trânsito em julgado. O Judiciário pretende reduzir o tempo para três anos até 2015. Como fazer isso se os servidores ganhem 80% menos que outros servidores de Estado?

Reconhecer o trabalho desenvolvido pela categoria é uma tarefa que vai além dos discursos proferidos no Dia do Servidor. É batalhar para construir uma carreira valorizada. O PCCR não será uma vitória só dos servidores, mas de todo o Judiciário.

O governo falou, durante audiência

pública na Comissão de Trabalho, que nossa categoria realiza funções “inferiores” a de outras carreiras de Estado e por isso deve receber menos. É justo deixar que tripudiem assim sobre nosso trabalho, que muitas vezes subsidia as decisões dos magistrados? Somos uma categoria formada por 95% de servidores com nível superior, a maioria bacharel em Direito.

Cortar ponto e retirar FCs e CJs de grevistas é um ato falho; demonstra o grau de submissão do Judiciário ao governo. Será que um Poder que tem alcançado níveis extraordinários de protagonismo na conjuntura nacional quer mesmo se tornar dependente do governo?

Para se fortalecer, o Judiciário precisa assumir seus servidores – que não criaram obstáculo algum para impedir o reajuste da magistratura em 2009. Até mesmo o envio do PCCR ao Congresso foi adiado para não comprometer o projeto dos magistrados. O que falta para a aprovação do PL 6613 é apenas vontade política. Está na hora de ministros, desembargadores e juizes se colocarem ao lado dos servidores.